

*Declaração conjunta dos
Participantes da reunião sobre
o Ano Internacional da Alfabetização*

Declaração conjunta dos partic
Ano Internacional d

*Autano: Educadores integrantes
de organizações e Grupos*

(S. Paulo, 02

mar. 1989

Versão final

Nós, educadores comprometidos com a causa da alfabetização no Brasil, aqui reunidos em razão do pré-lançamento, pela UNESCO, do Ano Internacional da Alfabetização, que terá lugar em 1990, vimos a público manifestar nossas inquietações.

Embora a extinção do analfabetismo nos próximos dez anos seja uma determinação constitucional, os indicadores existentes no Brasil não apontam nesta direção. Razões de ordem política, social, econômica e pedagógica sustentam esta conclusão.

1. Razões de ordem política

Erradicar o analfabetismo em dez anos supõe, em primeiro lugar, considerar a alfabetização e o ensino básico, tanto das crianças como dos jovens e adultos uma prioridade nacional, na qual todas as forças vivas da nação estejam engajadas. Infelizmente, o Brasil convive com estruturas arcaicas originárias dos tempos coloniais que teimam em permanecer sustentadas por uma elite predadora, unicamente interessada na manutenção de seus privilégios, que nunca concentrou seus esforços na superação de demandas sociais. Contentaram-se os detentores da vontade política com pronunciamentos demagógicos contra a miséria, em promessas jamais cumpridas e slogans vazios de atitudes coerentes. Nada indica que exista alguma mudança neste comportamento. Portanto, não acreditamos que exista uma vontade política disposta a reverter o quadro da educação brasileira e muito menos erradicar o analfabetismo nos próximos dez anos.

2. Razões de ordem social

A análise da população analfabeta mostra que ela não se distribui igualmente por todos os segmentos da sociedade brasileira. Concentra-se significativamente nas camadas mais pobres. Justamente nas camadas mais castigadas pelas estruturas arcaicas que denunciemos acima. Tão castigadas que temos dúvida quanto ao seu real interesse pela alfabetização. Como concentrar-se na alfabetização e educação básica quando a posse da terra agricultável concentra-se nas mãos de uma minoria latifundiária gerando miséria e violência tanto nas áreas rurais quanto nos centros urbanos? Como concentrar-se na alfabetização quando menos de 20% da população brasileira dispõe de moradia digna? Como concentrar-se na alfabetização quando as diferenças entre o maior e o menor salário, numa empresa, chegam a 200, 250 e 300 vezes? Como priorizar a alfabetização quando temos um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo? Como priorizar a alfabetização quando mais de trezentas crianças em cada mil morrem antes de completar o primeiro ano de vida, por absoluta falta de recursos? Como priorizar a alfabetização quando temos um dos menores salários mínimos do mundo?

3. Razões de ordem econômica

Não se extinguirá o analfabetismo brasileiro sem recursos compatíveis com a tarefa. Como não existe vontade política para tanto e as estruturas brasileiras são iníquas, constatamos que os recursos econômicos disponíveis são insignificantes e nada indica que venham a crescer. Observamos com pesar que grande parte do produto do trabalho dos brasileiros tem sido sistematicamente usado para a manutenção de subsídios vergonhosos, privilégios indefensáveis, obras de interesse coletivo reduzido e custo no mínimo três vezes maior do real. Quando não desperdiçado em uma corrupção irrefreada e jamais punida. Não é de se estranhar, portanto, que os recursos para a erradicação do analfabetismo sejam insuficientes.

Reconhecemos que a fixação de um percentual da arrecadação para uso obrigatório na educação significa uma conquista significativa desde que este percentual seja aplicado competentemente. Todavia, nos últimos anos, uma perversa conjuntura internacional transformou compulsoriamente o Brasil em um grande exportador de capitais. Uma dívida externa nebulosamente contraída e ampliada às custas de juros decididos segundo interesses externos e impostos unilateralmente conseguiram este milagre. Exportamos capitais conseguidos com a fome e a miséria da maioria da população e da estagnação do desenvolvimento econômico nacional. Situação absurda que compartilhamos com toda América Latina. Assim, um percentual da arrecadação para a educação torna-se insuficiente quando esta arrecadação tende a decrescer.

4. Razões de ordem pedagógica

Nós, educadores, reconhecemos também nossa parcela de responsabilidade na inviabilidade da extinção do analfabetismo nos próximos dez anos. Apesar de vivermos em um país com mais de 50 milhões de analfabetos, conhecemos muito pouco sobre a alfabetização de jovens e adultos. A maior parte do conhecimento disponível provém do final dos anos 50 e início dos anos 60. Embora 70% do orçamento do Ministério da Educação seja destinado às universidades, existe maior conhecimento acumulado sobre transplantes, administração financeira, turismo, paisagismo ou propaganda do que sobre educação das camadas populares. Nós, educadores, sabemos como educar crianças e jovens das classes média e alta, mas costumamos ficar perplexos frente a crianças, jovens e adultos das camadas populares. Confessamos nossa parcela de responsabilidade por estarmos anualmente ampliando as estatísticas de analfabetismo adulto com as crianças que são expulsas da escola por nossa incompetência pedagógica.

5. Conclusão

A manifestação pública de nossas preocupações tem por objetivo alertar a consciência nacional para o problema em busca de soluções. Caso isto não seja possível, esperamos, ao menos, evitar que aconteça o que tem sido um processo comum em nossa história, que é transformar as vítimas em culpadas, ou seja, no futuro culpar o analfabeto pelo seu analfabetismo.

Educadores pertencentes às seguintes organizações e grupos:

Rede Mulher

CEPIS

VEREDA

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Clube de Mães da Favela do Pq. São Bernardo

PROMAN/São José dos Campos

Secretaria do Bem Estar Social de São Paulo

BANESER

CEMI

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo/SES-CENP

Prefeitura de Diadema

Acta UNIEP

Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria de Educação de Santo André

FUNAB

Fundação EDUCAR

Prefeitura de São Bernardo do Campo